

AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Estudo Técnico Preliminar 15/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50500.002168/2026-34

2. Descrição da necessidade

Transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, para atender a demandas da ANTT.

A ANTT tem dimensão Nacional, com escritórios de fiscalização situados nos mais diversos estados do país. Recorrentemente há necessidade de deslocamento de mobiliários, eletrodomésticos, dentre outros itens necessários ao fiel funcionamento das Sedes Regionais e dos escritórios de fiscalização espalhados pelo país.

Destaca-se que o Decreto nº 4.004/2001 obriga a Administração a conceder as despesas de transporte do servidor e de sua família, incluindo passagem, bagagem e bens pessoais em caso de remoção de ofício, que se trata de deslocamento do servidor, no interesse da administração, independentemente da vontade dele.

A administração pública tem, portanto, a obrigação de arcar com as despesas de transporte e mudança (ajuda de custo) de servidor público quando a remoção ocorre *ex officio* (de ofício), no caso de interesse da administração e com mudança de sede. Essa garantia está prevista no artigo 53 da Lei nº 8.112/1990 e visa compensar as despesas de instalação na nova localidade.

Nesse contexto, elenca-se a necessidade constante tanto na remoção de servidores quanto na movimentação de bens patrimoniais decorrente de demandas das Unidades Regionais e Sede da ANTT.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres tem contrato vigente com a empresa TRANSPORTADORA NEY DAS MUDANÇAS Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.290.111/0001-91, até 12/05/2026, para atender à referida demanda.

Solicitou-se, portanto, manifestação da empresa referida acerca do interesse na prorrogação do certame, a qual se manifestou no sentido do indeferimento da continuidade do Contrato n.º 10/2024.

Isso posto, fez-se necessária a instauração de novo processo para assinatura de contrato para substituir o vigente.

Os serviços a serem contratados são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado, e a escolha do licitante vencedor será feita exclusivamente com base no menor preço ofertado.

Não se enquadra, também, como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Por não se encaixar em qualquer dos incisos do art.23 da lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações presentes nos autos não serão classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação visa à prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, para atender a demandas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	Faixa de Distância (Km)	CUBAGEM (m³)
1	0 a 500	320
2	501 a 1000	130
3	1001 a 2000	275,2
4	ACIMA DE 2001	95,4
	Estimativa para seguro de cargas	R\$ 25.000,00

O Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal, embora tenha por finalidade a padronização de bens e serviços, contempla atualmente apenas itens como água, açúcar e café, não abrangendo serviço compatível com as especificidades do objeto do presente processo, razão pela qual não será utilizado.

Assim, as especificações técnicas e condições da contratação serão definidas conforme as necessidades da ANTT, observados os parâmetros legais, as condições de mercado e o disposto na Lei nº 14.133/2021, com vistas a assegurar a adequada execução das atividades institucionais da Agência.

GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Apos consulta ao GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, a equipe de planejamento da contratação carregou ao processo para posterior inserção no respectivo Termo de Referencia as ações abaixo:

Ações mitigadoras:

- Exigir que a frota esteja em conformidade com os padrões de emissão veicular vigentes;
- Exigir manutenção preventiva e corretiva periódica dos veículos;
- Incentivar o uso de veículos mais eficientes ou movidos a combustíveis menos poluentes, quando disponíveis;
- Planejamento logístico com definição de rotas otimizadas para redução de distâncias percorridas e consumo de combustível;
- Adoção de práticas de direção econômica (eco driving).

Consumo de combustíveis e recursos naturais

- Otimização de cargas para evitar viagens com capacidade ociosa;
- Consolidação de remessas sempre que possível;
- Monitoramento do consumo médio de combustível da frota;
- Incentivo à utilização de tecnologias que promovam maior eficiência energética.

Geração de resíduos automotivos

Produção indireta de resíduos como óleos lubrificantes usados, pneus, filtros e peças automotivas provenientes da manutenção dos veículos.

Ações mitigadoras:

- Exigir que a contratada comprove a destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos;
- Cumprimento da logística reversa para pneus e óleos lubrificantes, conforme legislação ambiental;
- Utilização de empresas licenciadas para coleta e tratamento de resíduos perigosos;
- Manutenção preventiva para prolongar a vida útil de peças e componentes.

Poluição sonora

Emissão de ruídos decorrentes da circulação de veículos, especialmente em áreas urbanas ou próximas a comunidades sensíveis.

Ações mitigadoras:

- Manutenção adequada dos sistemas de escapamento;
- Cumprimento de horários permitidos para circulação em áreas urbanas, quando aplicável;
- Planejamento logístico para evitar circulação desnecessária em áreas sensíveis.

Riscos ambientais associados a acidentes

Possibilidade de vazamento de combustíveis, óleos ou outros fluidos em caso de acidentes ou falhas mecânicas.

Ações mitigadoras:

- Exigência de motoristas habilitados e treinados;
- Manutenção regular da frota;
- Seguro da carga e cobertura para eventuais danos ambientais;
- Procedimentos de emergência para atendimento a acidentes;
- Cumprimento das normas de segurança viária.

Natureza continuada do serviço

Trata-se de contrato com natureza continuada, pois pode ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 10 (dez) anos.

Além disso, a natureza continuada deste tipo de serviço, de transportes de cargas, é caracterizada pelo fato de que sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração e, conseqüentemente, o cumprimento indireto da missão institucional, devendo, portanto, a contratação se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente

Da execução do objeto

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: O início da efetiva execução dos serviços será definido quando do aceite, do recebimento da ordem de serviços ou da retirada do instrumento equivalente ao contrato.

Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Transporte de cargas inanimadas e não perecíveis. Será proibido à CONTRATADA efetuar transporte de bens que se enquadrem nas seguintes categorias: armas de fogo; produtos cujos usos não sejam legalmente autorizados por lei; e produtos perigosos (inflamáveis, explosivos, gases, tóxicos, corrosivos ou radioativos).

Para o transporte de veículo automotor, deverá ser considerada a seguinte cubagem: veículo pequeno, 16m³; veículo médio, 18m³; e veículo grande, 21m³.

O transporte de veículos automotores com volume individual superior a 5m³ deverá ser realizado por caminhão do tipo cegonha. A Contratada deverá contar com sistema de elevadores, para a necessidade de carregamento e descarregamento de bens/equipamentos de peso alto, no baú do veículo.

O transporte de bens particulares de servidores em remoção deverá respeitar os limites estabelecidos no Decreto nº 4.004/2001 e transcritos na tabela a seguir:

Quantidade de Pessoas	Volume máximo
Servidor(a) sem dependentes	12 m³
Servidor(a) + 1 dependente	24 m³
Servidor(a) + 2 dependentes	27 m³
Servidor(a) + 3 dependentes	30 m³
Servidor(a) + 4 dependentes	33 m³

A CONTRATANTE deverá solicitar à CONTRATADA a elaboração de um orçamento, para cada serviço de transporte a ser prestado, informando a necessariamente:

- Os endereços dos locais de origem e de destino;
- A planilha do inventário de bens a serem transportados, declarados respectivos preços unitários e quantidades;
- Dados do servidor da CONTRATANTE ou do responsável pelo acompanhamento do serviço.

A CONTRATADA deverá considerar os seguintes dados para elaboração da proposta orçamentária: a distância entre o local de origem e o de destino; o volume efetivo da carga a ser transportada, independentemente do espaço não aproveitado no caminhão; o preço unitário correspondente à faixa de distância entre origem e destino.

A rota a ser utilizada no transporte contratado será, em regra, a que contiver a menor distância entre a origem e o destino, considerando-se somente as vias e rodovias pavimentadas. Em casos excepcionais, a CONTRATANTE poderá autorizar outra rota, mediante apresentação de justificativa por escrito pela CONTRATADA.

Para efeito do cálculo da quilometragem entre percursos será utilizado o Quadro de Distâncias Rodoviárias do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, o Guia Rodoviário Quatro Rodas de Transportes, os aplicativos Google Maps e Waze ou outra forma de medição, sempre com cálculo de distância de ida, nunca considerada a distância de volta, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE.

Deverá ser incluído no orçamento o valor do Seguro da Bagagem, que corresponderá a 1% (um por cento) sobre o valor total dos bens a serem transportados, em reais (R\$).

A proposta do orçamento estará sujeita à avaliação da CONTRATANTE. Caso se identifiquem erros ou omissões, a CONTRATANTE deverá exigir sua correção, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis. Caso se constate, no transporte de bens particulares do servidor em remoção, volume excedente ao limite estabelecido pelo Decreto nº 4004/2001, a CONTRATANTE autorizará a execução do serviço e cobrará do servidor. O ressarcimento ao erário será mediante Guia de Recolhimento da União – GRU.

O orçamento deverá ser elaborado conforme a tabela a seguir:

Serviço de transporte (R\$) = Volume Total (m³) x Preço Unitário da faixa correspondente.
Seguro de Bagagem (/R\$) = Valor do total dos bens (R\$) x 1%
Total do Orçamento (R\$) = Serviço de transporte (R\$) + Seguro de bagagem (R\$)

O preço do transporte de balsa, quando necessário, será providenciado pela CONTRATADA e repassado o custo ao CONTRATANTE, mediante comprovante, devendo incluir o valor do serviço de transporte no orçamento e cobrar as despesas na Nota Fiscal, permanecendo a CONTRATADA responsável pela qualidade da prestação do serviço.

Além dos pontos acima, o licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para assinar o contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados nos endereços de embarque e desembarque inseridos nas respectivas ORDENS DE SERVIÇOS.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: preferencialmente no seguinte horário: 08h às 18h, salvo em caso de necessidade excepcional devidamente justificada e aprovada pela Contratante.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável ao transporte rodoviário de cargas, inclusive quanto ao controle de emissões atmosféricas, ruídos e destinação de resíduos;
- utilizar veículos que atendam aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, priorizando, sempre que possível, veículos com tecnologias mais eficientes e menos poluentes;
- manter programa de manutenção preventiva e corretiva da frota, com vistas à redução de consumo de combustível, emissões e riscos de vazamentos de óleos e outros contaminantes;
- garantir a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados em suas atividades, tais como pneus, óleos lubrificantes, baterias e embalagens, mediante comprovação quando solicitada;
- sempre que possível, planejar rotas de forma otimizada, utilizando sistemas de rastreamento e monitoramento que reduzam deslocamentos desnecessários e, conseqüentemente, a emissão de gases de efeito estufa;
- os bens a serem transportados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo-se em consideração a finalidade de se garantir a qualidade técnica, manter a responsabilidade integral do contratado, assegurar a economicidade e transparência, e impedir a remuneração indevida por intermediação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Não serão vedadas quaisquer marcas ou produtos.

Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade no presente certame, pois pode restringir sua competitividade.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Observação importante

Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da ANTT.

Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

Não será necessário que a contratada promova a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, arrolando como sua obrigação.

5. Levantamento de Mercado

Foram feitas análises do mercado fornecedor e avaliadas as alternativas de atendimento da demanda, à luz dos princípios da economicidade, eficiência e adequação à natureza das necessidades da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT:

- Aquisição de frota própria, que permitiria controle total sobre os caminhões, mas envolveria elevado custo inicial, despesas permanentes com manutenção, seguros e depreciação, além da necessidade de estrutura administrativa específica para gestão da frota, mostrando-se inviável diante do caráter eventual das demandas.
- Locação de frota fixa, modalidade que assegura disponibilidade permanente, porém implicaria custos fixos elevados e potencial ociosidade em períodos de baixa demanda, revelando-se inadequada à natureza não contínua das necessidades da ANTT;
- Contratação de serviço por meio de contrato continuado a ser utilizado, dentro de um valor máximo estimado, de acordo com as demandas que surgirem. Essa alternativa foi a escolhida pois permite que só exista pagamento ao fornecedor com a efetiva execução do transporte de cargas que se apresenta de forma eventual e sazonal na ANTT, evitando custos fixos e desperdícios de recursos públicos.

Destaca-se, também, que o mercado de Brasília, DF conta com diversas empresas do ramo que podem participar do processo licitatório, gerando disputa de preços e, conseqüentemente, gerando a economicidade, que é um dos princípios do Direito Administrativo. No quadro abaixo, destacamos as empresas do ramo com sede em Brasília que podem participar do certame licitatório:

	EMPRESA	CNPJ
1	MUDABEM MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI	97.546.477/0001-09
2	REI DA MUDANÇA E DO TRANSPORTE EIRELI	34.882.380/0001-57
3	MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	09.454.434/0001-36
4	REI DE OURO MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI	10.781.353/0001-20
5	BLL LOGÍSTICA EIRELI	21.260.918/0001-40
6	BSB TRANSPORTE RODOVIÁRIO E LOGÍSTICA LTDA	04.927.139/0001-36
7	ATLANTIC MUDANÇAS E SERVIÇOS EIRELI	09.144.019/0001-86

8	TOPO COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	19.416.252/0001-24
9	TRANSPORTADORA NEY DAS MUDANÇAS LTDA	08.290.111/0001- 91
10	MUNDIAL RESIDENCE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	00.502.302/0001-68
11	CINCO ESTRELAS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	03.557.312/0001-99
12	MACALE TRANSPORTE E COMÉRCIO - EIRELI	19.018.615/0001-73
13	T DE S M MATOS - EIRELI	20.601.574/0001-22
14	AAC TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA	08.355.816/0001-40
15	JET PACK EXPRESS CARGAS AÉREAS E RODOVIÁRIAS LTDA	03.395.341/0001-00
16	PARANÁ SOLUÇÕES LOGÍSTICAS E TRANSPORTES LTDA	03.020.839/0001-80
17	AABC TRANSPORTES E LOGÍSTICA DE CARGAS EIRELI	31.935.477/0001-92
18	INTERCONTINENTAL TRANSPORTES E MUDANÇAS LTDA	00.209.552/0001-04
19	VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA	24.893.687/0001-08
20	SATÉLITE LOGÍSTICA SERVIÇOS DE ENTREGAS LTDA	11.860.073/0001-70
21	FAVORITA TRANSPORTES LTDA	01.743.404/0003-08
22	ESPLANADA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA	06.219.872/0001-21
23	ABRILAR TRANSPORTES E MUDANÇAS LTDA	10.389.861/0001-67

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, destinados ao atendimento das necessidades logísticas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A contratação compreenderá a execução, sob demanda, de serviços de coleta, transporte e entrega de bens móveis, materiais permanentes, materiais de consumo, mobiliários, equipamentos, documentos, cargas fracionadas ou paletizadas, bem como transporte de veículos automotores e de bens particulares de servidores em remoção, entre unidades administrativas da ANTT ou entre estas e terceiros, em todo o território nacional.

A solução adotada será formalizada por meio de contrato continuado, com valor estabelecido por faixa de quilometragem, considerando a distância entre o local de origem e o destino da carga.

A estrutura de referência para estimativa de consumo anual (12 meses) observará as seguintes faixas de distância e respectivas cubagens estimadas:

ITEM	Faixa de Distância (Km)	CUBAGEM
1	0 a 500	320

2	501 a 1000	130
3	1001 a 2000	275,2
4	ACIMA DE 2001	95,4

Os valores de cubagem acima representam estimativas de utilização para o período de 12 (doze) meses, não estando a Contratante obrigada à sua execução ou pagamento integral, uma vez que a prestação ocorrerá sob demanda.

Para elaboração do orçamento de cada transporte, a Contratada deverá:

1. Multiplicar o número de metros cúbicos (m³) da carga pelo valor unitário ofertado para a respectiva faixa de distância, conforme proposta vencedora do certame;
2. Acrescentar ao valor apurado o correspondente a 1% (um por cento) do valor da carga transportada, a título de cobertura adicional vinculada ao risco do transporte.

Para o transporte de veículos automotores, será considerada a seguinte cubagem padrão:

- Veículo pequeno: 16 m³
- Veículo médio: 18 m³
- Veículo grande: 21 m³

O transporte de veículos automotores com volume individual superior a 5 m³ deverá ser realizado por caminhão do tipo cegonha.

A Contratada deverá dispor de veículos adequados ao transporte das cargas e contar com sistema de elevadores hidráulicos ou equipamentos equivalentes, quando necessário, para carregamento e descarregamento de bens e equipamentos de maior peso no interior do baú.

Transporte de bens de servidores removidos

O transporte de bens particulares de servidores em remoção observará os limites estabelecidos no Decreto nº 4.004 /2001, respeitando os seguintes volumes máximos:

Quantidade de Pessoas	Volume máximo
Servidor(a) sem dependentes	12 m³
Servidor(a) + 1 dependente	24 m³
Servidor(a) + 2 dependentes	27 m³
Servidor(a) + 3 dependentes	30 m³
Servidor(a) + 4 dependentes	33 m³

A solução contempla, de forma integrada:

- I – Disponibilização de veículos compatíveis com as características das cargas, inclusive caminhão baú, caminhão tipo cegonha e outros necessários;
- II – Motoristas habilitados e qualificados;
- III – Planejamento logístico eficiente e seguro;
- IV – Serviços de carga, descarga, acondicionamento e amarração;
- V – Seguro obrigatório da carga;
- VI – Rastreamento e monitoramento, quando aplicável;
- VII – Emissão de documentação fiscal e relatórios de execução;
- VIII – Atendimento sob demanda, mediante Ordem de Serviço.

Qualificação Econômico-Financeira

Será exigida a comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do modelo padronizado da AGU, como forma de assegurar capacidade financeira compatível com a execução contratual.

Qualificação Técnico-Operacional

Será exigida a comprovação de experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, admitindo-se períodos sucessivos ou não, sendo permitido o somatório de atestados de períodos distintos, desde que comprovem execução compatível com o objeto, em características, prazos e complexidade.

A solução estruturada por faixas de distância e cubagem estimada proporciona previsibilidade orçamentária, padronização de procedimentos, eficiência logística e mitigação de riscos operacionais, assegurando à ANTT maior controle, economicidade e segurança na movimentação de bens em âmbito nacional.

Dessa forma, a contratação mostra-se adequada, suficiente e alinhada ao interesse público, garantindo regularidade, eficiência e segurança na execução dos serviços de transporte rodoviário de cargas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa anual de quantidades foi estabelecida conforme Nota Técnica da área solicitante (ANEXO I) e seu memorial de cálculo (ANEXO II), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Faixa de Distância (Km)	CUBAGEM A SER CONSIDERADA PARA CÁLCULO DO VALOR DO CONTRATO	MÉDIA DE CUBAGEM (M³) - 2023/2024/2025
0 a 500	320	160
501 a 1000	130	65
1001 a 2000	275,2	137,6
ACIMA DE 2001	95,4	47,7

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 368.660,70

A estimativa de valor foi executada por meio de pesquisa, que atendeu aos ditames do artigo 23 da Lei n.º 14.133 /2021, regulamentado pela IN SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, que apresentamos na NT 39660652 encartada como ANEXO III deste estudo e quadro a seguir:

GRUPO	ITEM	Faixa de Distância (Km)	CATSER	UNID MED	QTD	A	B	C	D	E	F	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
I	1	0 a 500	22730	m³	320,00	106,21	166,00		1150,00	1100,00	260,00	166,00	R\$ 53.120,00
	2	501 a 1000	22730	m³	130,00	225,53		499,00	2500,00	1500,00	480,00	480,00	R\$ 62.400,00
	3	1001 a 2000	22730	m³	275,20	368,42		699,00	2600,00	1800,00	580,00	549,14	R\$ 151.123,33
	4	ACIMA DE 2001	22730	m³	95,40	314,62			1600,00	2200,00	1300,00	807,31	R\$ 77.017,37
Seguro de 1% sobre o valor estimado de cargas												R\$	25.000,00
TOTAL ANUAL / 24 MESES												R\$	368.660,70
VALOR 24 MESES													
R\$ 106.240,00													
R\$ 124.800,00													
R\$ 302.246,66													

	R\$ 154.034,75	
	R\$ 50.000,00	
	R\$ 737.321,40	
ITEM	ÓRGÃO - DESCRIÇÃO	UASG - CNPJ
A	Termo Aditivo ao contrato 53/2023 da Casa Civil da Presidência da República	110001
B	Pregão 90113/2025 da MAER Ministério da Aeronáutica	120039
C	Dispensa 44/2026 da Secretaria da Comissão Interministerial da MARINHA	712000
D	Abrilar Transportes e Mudanças LTDA.	10.389.861/0001-67
E	Transportadora Ney das Mudanças	08.290.111/0001-91
F	Esplanada Mudanças e Transportes Ltda - ME	06.219.872/0001-21

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o intuito de ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 relata que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o atendimento aos princípios "do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso". No entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, enquanto se reduzem as despesas administrativas. Para o referido autor, “a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares.” Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha a ocasionar perda de economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública.

Nesse diapasão, conclui-se que o parcelamento da contratação em referência, além de provocar a perda da economia de escala, diminuiria o interesse de maior número de fornecedores devido ao baixo valor resultante a ser contratado em cada fração (parcela). O fracionamento também resultaria na necessidade de administração de diversos contratos com diversas empresas diferentes, o que acabaria por trazer maior ônus ao serviço público. Optou-se, portanto, pela contratação em um único grupo de itens pela economia de escala, pela economia em procedimentos para administração e fiscalização de um único contrato em detrimento de diversos contratos com diversas empresas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes a do presente objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto do presente estudo está contemplado no plano anual de contratações PCA 2026 - Deliberação nº 163, de 19 de maio de 2025 , no valor de R\$ 252.525,85 (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais oitenta e cinco centavos), conforme é possível observar no item 1.15 da referida deliberação, cuja descrição é serviços continuados de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, para atender a demandas da ANTT.

Importante destacar que o item 1.15 da referida deliberação se trata de uma renovação, que não vai ser possível, tendo-se em consideração a recusa da contratada em renová-lo. Por este motivo, foi elaborado novo DID (documento de inclusão de demanda) para alteração do PCA 2026 de renovação para substituição de contrato.

A contratação também se mostra plenamente compatível com o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS 2024–2027, uma vez que incorpora critérios de sustentabilidade ambiental e de racionalização de recursos, em especial no que se refere à redução de desperdícios e à gestão adequada de resíduos gerados na execução dos serviços.

Esta demanda está alinhada, também, ao Planejamento Estratégico 2024/2030 da ANTT, conforme o objetivo "Pessoas e Recursos - aprimorar o uso racional e sustentável dos recursos financeiros e logísticos".

Dessa forma, evidencia-se que a presente contratação não constitui iniciativa isolada, mas integra um conjunto coerente de ações planejadas, alinhadas aos instrumentos formais de governança, aos objetivos estratégicos institucionais e às diretrizes de sustentabilidade, reforçando a conveniência, a oportunidade e a legitimidade administrativa da solução proposta.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços continuados de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, para atendimento das demandas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, proporcionará benefícios operacionais, administrativos, financeiros e institucionais, alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do IPP da Advocacia-Geral da União.

A contratação permitirá atender à necessidade de disponibilização de serviço de transporte de cargas sempre que houver demanda da Agência, especialmente nos casos de transporte de bens particulares de servidores removidos, observando rigorosamente os limites estabelecidos no Decreto nº 4.004/2001, que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Benefícios Operacionais

- Garantia de atendimento contínuo e padronizado das demandas logísticas em todo o território nacional;
- Disponibilidade imediata do serviço quando houver necessidade institucional;
- Atendimento adequado às remoções de servidores, com observância dos limites legais de volume;
- Maior agilidade na movimentação de bens entre unidades descentralizadas;
- Redução de riscos de atrasos, extravios e avarias, mediante exigência de seguro e critérios técnicos de execução;
- Disponibilização de frota compatível com as especificidades das cargas, inclusive transporte de veículos automotores.

Benefícios Administrativos

- Centralização da contratação, evitando ajustes pontuais e contratações fragmentadas;
- Padronização dos procedimentos de solicitação, execução, medição e fiscalização;
- Maior controle contratual por meio de critérios objetivos de pagamento por faixa de distância e cubagem;
- Segurança jurídica na execução dos serviços, com requisitos claros de habilitação técnica e econômico-financeira.

Benefícios Econômicos

- Modelo de precificação estruturado por faixa de quilometragem, proporcionando previsibilidade orçamentária;

- Pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados;
- Otimização da aplicação dos recursos públicos;
- Mitigação de riscos financeiros por meio da exigência de qualificação compatível com a complexidade da contratação.

Benefícios Institucionais

- Apoio direto às atividades finalísticas e administrativas da ANTT;
- Garantia de suporte logístico adequado às unidades distribuídas em âmbito nacional;
- Melhoria da governança contratual e da capacidade de planejamento logístico;
- Alinhamento às normas legais aplicáveis ao transporte de bens institucionais e de servidores.

Espera-se que a contratação proporcione maior eficiência logística, disponibilidade do serviço sempre que necessário, redução de riscos operacionais, previsibilidade de custos e fortalecimento da gestão administrativa da ANTT, assegurando a movimentação segura, tempestiva e legalmente adequada de bens em todo o território nacional.

Dessa forma, a solução contribui para o cumprimento das atribuições institucionais da Agência com racionalidade, segurança jurídica e observância ao interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas no presente processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Emissão de gases de efeito estufa (GEE)

Decorrente da queima de combustíveis fósseis durante o uso dos veículos, contribuindo para a poluição atmosférica e para as mudanças climáticas.

Ações mitigadoras:

- Exigir que a frota esteja em conformidade com os padrões de emissão veicular vigentes;
- Exigir manutenção preventiva e corretiva periódica dos veículos;
- Incentivar o uso de veículos mais eficientes ou movidos a combustíveis menos poluentes, quando disponíveis;
- Planejamento logístico com definição de rotas otimizadas para redução de distâncias percorridas e consumo de combustível;
- Adoção de práticas de direção econômica (eco driving).

Consumo de combustíveis e recursos naturais

Utilização de combustíveis (gasolina ou diesel) e de recursos associados à operação dos veículos.

Ações mitigadoras:

- Otimização de cargas para evitar viagens com capacidade ociosa;
- Consolidação de remessas sempre que possível;
- Monitoramento do consumo médio de combustível da frota;
- Incentivo à utilização de tecnologias que promovam maior eficiência energética.

Geração de resíduos automotivos

Produção indireta de resíduos como óleos lubrificantes usados, pneus, filtros e peças automotivas provenientes da manutenção dos veículos.

Ações mitigadoras:

- Exigir que a contratada comprove a destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos;
- Cumprimento da logística reversa para pneus e óleos lubrificantes, conforme legislação ambiental;
- Utilização de empresas licenciadas para coleta e tratamento de resíduos perigosos;
- Manutenção preventiva para prolongar a vida útil de peças e componentes.

Poluição sonora

Emissão de ruídos decorrentes da circulação de veículos, especialmente em áreas urbanas ou próximas a comunidades sensíveis.

Ações mitigadoras:

- Manutenção adequada dos sistemas de escapamento;
- Cumprimento de horários permitidos para circulação em áreas urbanas, quando aplicável;
- Planejamento logístico para evitar circulação desnecessária em áreas sensíveis.

Riscos ambientais associados a acidentes

Possibilidade de vazamento de combustíveis, óleos ou outros fluidos em caso de acidentes ou falhas mecânicas.

Ações mitigadoras:

- Exigência de motoristas habilitados e treinados;
- Manutenção regular da frota;
- Seguro da carga e cobertura para eventuais danos ambientais;
- Procedimentos de emergência para atendimento a acidentes;
- Cumprimento das normas de segurança viária.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Como existem diversas empresas fornecedoras do ramo similar ao objeto pretendido no mercado das referidas localidades em que os serviços serão executados, seus valores podem ser estabelecidos em pesquisa que atenda aos critérios do art. 5º da Instrução Normativa ME N°65, de 07 de julho de 2021 e as características da contratação podem ser inseridas no Edital da licitação, declaramos ser viável a contratação em referência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO XAVIER DE ARAUJO

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Assinou eletronicamente em 09/03/2026 às 10:51:21.

CANDIDA MACHADO PEREIRA OLIVEIRA

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Assinou eletronicamente em 09/03/2026 às 14:06:52.

VINICIUS CARVALHO DE ARAUJO

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Assinou eletronicamente em 09/03/2026 às 13:37:53.